



Economia Extractiva e Financeirização: uma abordagem sobre crescimento económico e acumulação em Moçambique

Carlos Nuno Castel-Branco
carlos.castelbranco@gmail.com

Seminários CEa (Centro de Estudos Africanos) 2014
[Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa]
Lisboa, 13 de Fevereiro de 2014

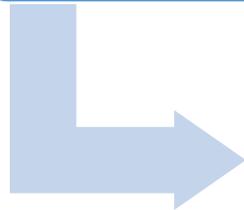
Estrutura da apresentação

- Introdução – interrogando a economia (slides 3/4)
- Paradoxos (5-7)
- Modo de acumulação (8-10)
- Formação da burguesia capitalista nacional como “imperativo nacional”: argumento, proprietários sem capital, a viragem e a aliança explícita com capital multinacional (11-31)
- Economia extractiva (32-38)
- Necessidades sociais de reprodução (39-41)
- Passos em frente? O que fazer (42)

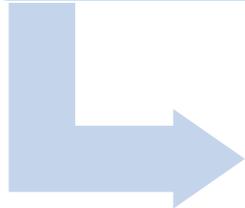
Introdução

- É, a experiência recente de Moçambique, um milagre ou uma miragem? Isto é uma questão sobre como descrever e interrogar uma economia.
- Descrever uma economia pelas taxas de variação de variáveis agregadas, quanta informação dá e que conhecimento dá sobre os padrões sociais e económicos reais?

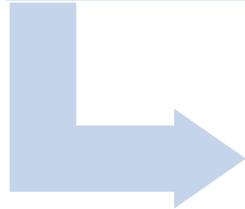
O que quer descrever?



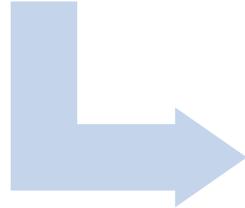
Dados



Paradoxos

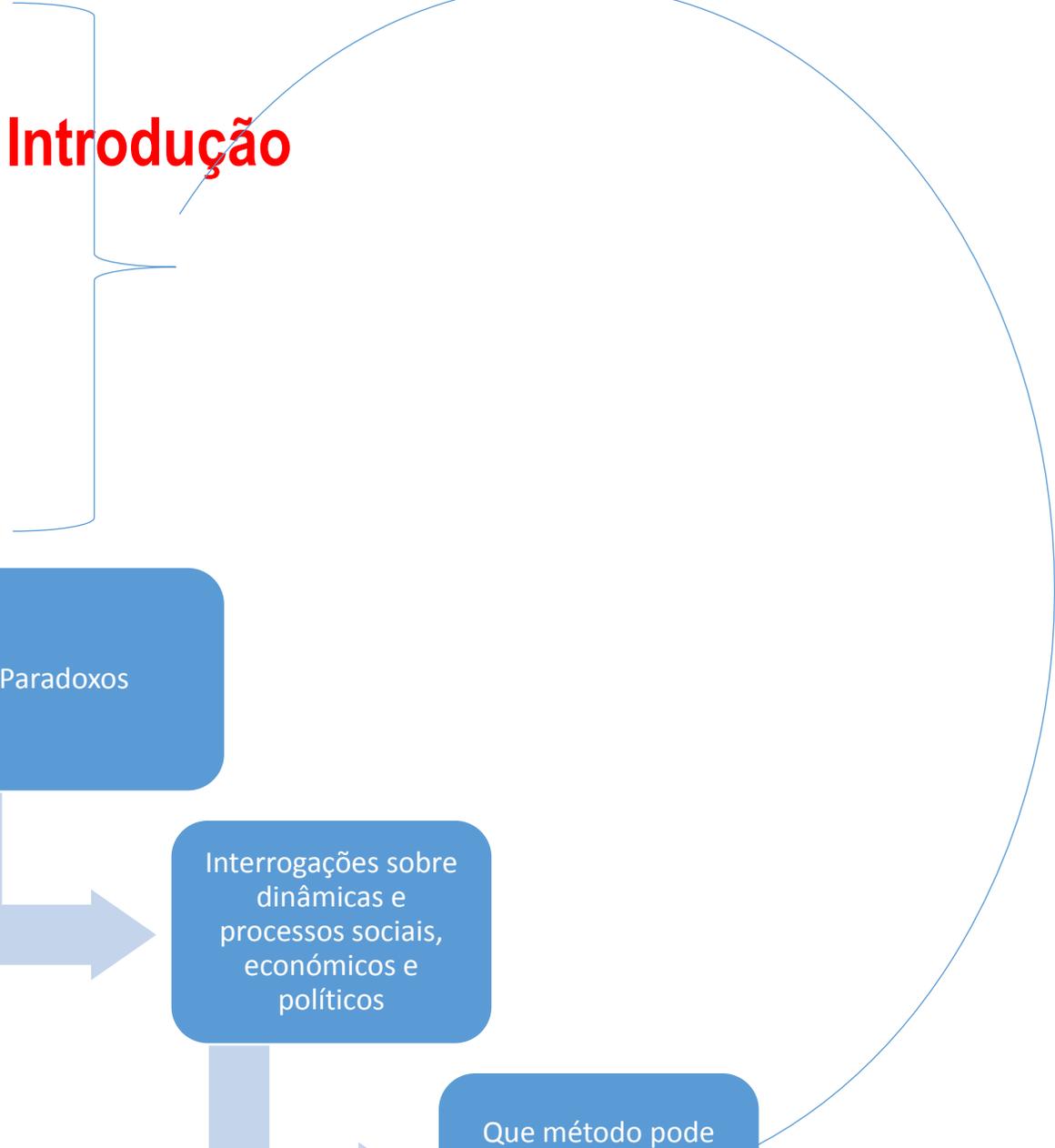


Interrogações sobre dinâmicas e processos sociais, económicos e políticos



Que método pode explicar os paradoxos de forma lógica e unitária?

Introdução



Paradoxos

- Porque é que a aceleração da economia aumenta o peso da componente importada da produção, é acompanhada com o afunilamento da base produtiva, não resulta em substancial substituição de importações nem gera articulações produtivas mais estreitas e intensas na economia (Castel-Branco, 2010; Langa & Mandlate, 2013)?
- Porque é que a componente doméstica do investimento privado é tão pequena e concentrada em torno dos projectos de investimento estrangeiro (Castel-Branco, 2010; Massingue & Muianga, 2013)?
- Porque é a base fiscal dependente do consumo, pressionante sobre o rendimento do trabalho e as pequenas e médias empresas e desligada das dinâmicas de aceleração da economia (os impostos directos são uma pequena proporção das receitas fiscais, e os impostos sobre rendimentos de capital têm um peso menor ou igual ao dos rendimentos do trabalho, apesar das altas taxas de investimento, de crescimento e de pobreza, e baixas taxas de emprego formal estável) (Ossemame, 2011, 2012)?

Paradoxos

- Porque são os incentivos fiscais o meio preferido pelo governo para atrair investimento, apesar de a evidência mostrar a sua ineficácia e o seu impacto negativo na saúde fiscal da economia e na retenção da riqueza (Castel-Branco, 2010, 2013; Ossemane, 2011, 2012)?
- Porque expande o endividamento público, interno e externo, e quais são as suas consequências para os mercados de capitais (Massarongo, 2010, 2013; Massarongo & Muianga, 2011)?
- Porque são as taxas de juro comerciais pouco sensíveis em relação à variação das taxas de referência do banco central, quando estas descem, e, em relação com isso, quais são as taxas de referência que os bancos comerciais efectivamente usam (Castel-Branco, 2012a; Massarongo, 2013)?

Paradoxos

- Porque é que a inflação média dos preços dos bens básicos de consumo, em especial dos bens alimentares, é 50% mais alta do que a inflação média geral dos preços ao consumidor, e qual é o impacto disso na distribuição do rendimento real na economia e na criação de empregos (Wuyts, 2011)?
- Porque consegue, a economia, produzir e exportar produtos primários semi-processados, sem articulação entre si, e não consegue estabelecer capacidade de produzir e circular alimentos básicos a baixo custo (Castel-Branco, 2010, 2012a)?
- Porque diminui a eficácia da economia a reduzir pobreza quando a taxa de crescimento acelera, apesar de o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade da distribuição do rendimento nominal, não se ter alterado significativamente (Castel-Branco, 2010; Wuyts, 2011)?
- Porque reduz o défice da balança de capitais quando a lucratividade dos mega projectos diminui e, reciprocamente, cresce quando aumenta a lucratividade desses projectos (Castel-Branco, 2012a, 2012c; Ossemame, 2010)?

Modo de acumulação

- Economia extractiva refere-se a um modo de acumulação de capital com características históricas específicas, que estrutura a economia como um todo. Portanto, este conceito não se refere a um sector da economia, sendo, por isso, independente do peso das *indústrias extractivas convencionais* na economia, nem tão pouco se refere a relações fixas, imutáveis entre sectores e processos económicos e sociais.
- A economia política clássica (e, em geral, as diferentes formas de ortodoxia económica, neoclássica e estruturalistas) descrevem a produção e seus padrões, a divisão do trabalho, os padrões de consumo, o crédito, dinheiro, etc., e as relações entre os sectores e actividades na economia capitalista. Mas, geralmente, não discutem como é que esses padrões, ligações e relações são formados, como evoluem e por via de que dinâmicas, contradições e processos económicos, sociais e políticos essas mudanças ocorrem (Marx, 1867, 1884; Zarembka, 2012; Fine & Saad-Filho, 2010).

Modo de acumulação

- Numa óptica de crítica da economia política do capitalismo, acumulação de capital pode ser definida como a reprodução das relações capitalistas de produção numa escala progressiva, por via da qual surgem mais capitalistas ou capitalistas maiores, e mais trabalhadores, e a organização capitalista da economia expande para dominar e absorver outras formas de organização da produção. Para acumular é necessário converter uma parte do excedente em capital, isto é, em bens que podem ser incorporados no processo de produção (meios de produção) e que são necessários à subsistência dos trabalhadores (meios de subsistência). O processo de acumulação requer o aumento da intensidade ou extensão da exploração da força de trabalho já existente, ou o recrutamento de mais força de trabalho (que só é possível tornando-a dependente do salário), ou, por via do desenvolvimento tecnológico, a redução do custo dos bens de subsistência e, por conseguinte, dos custos salariais (ou do tempo socialmente necessário para a subsistência da força de trabalho) para o capital, ou a expansão da base capitalista da economia. Acumulação capitalista pode, num ângulo, ser vista como o processo de formação do proletariado, que requer a expropriação dos recursos, a separação dos trabalhadores em relação à terra e aos principais meios de produção e a construção da sua dependência em relação ao trabalho assalariado. Portanto, acumulação de capital é o processo de reprodução e expansão, a toda a economia e sociedade, das relações sociais capitalistas e da organização capitalista da produção, isto é, a organização social, técnica, económica e política de produção, extracção, apropriação, reprodução, e utilização do excedente nas condições históricas específicas de desenvolvimento capitalista, conjugando as forças produtivas e a organização social (ou relações sociais de produção) que lhe são associadas (Marx, 1867, 1884]; Zarembka, 2012; Fine & Saad-Filho, 2010).

Modo de acumulação

- Porque é que este debate é importante e relevante para entender a economia de Moçambique? Porque define as escolhas sobre como descrever essa economia e o seu funcionamento, e como explicar as suas contradições. Assim, nesta análise da economia de Moçambique as oscilações de variáveis agregadas, mais ou menos fixas, são de menor importância em relação ao estudo das dinâmicas sociais, económicas e políticas de formação das relações capitalistas de produção e da sua expansão à economia como um todo. Na essência, o foco da investigação é descobrir como é que as características do processo de acumulação são construídas e fazem sentido para o capital dadas as particularidades históricas de Moçambique, e quais são as suas implicações para a economia e a sociedade mais em geral. Portanto, este rumo de investigação não conduz à identificação do que está em falta (estratégia clara, vontade política ou qualquer outro “insumo” de “desenvolvimento”), mas conduz a fazer sentido do que existe.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – argumento

- Em meados dos anos 1980-89, numa das mais claras e proféticas explicações da lógica do processo de acumulação capitalista nacional, apresentada numa palestra muito concorrida num dos hotéis da Cidade de Maputo, Armando Guebuza defendeu que, em face da globalização capitalista, o Partido tinha a tarefa de garantir a soberania política e económica de Moçambique, o que requereria o desenvolvimento de uma classe capitalista nacional capaz de ditar o rumo do desenvolvimento nacional, em vez de o ter ditado por forças externas. Este processo requereria qualificações e capital. As qualificações estavam no Partido e no Estado e na juventude em formação, pelo que estes grupos de elite deveriam ser mobilizados para a formação da burguesia nacional. O capital, nas condições históricas de Moçambique, em fase de acumulação primitiva de capital, teria que vir das suas principais fontes externas – a ajuda externa, o investimento privado estrangeiro e os créditos internacionais. Finda a guerra, uma década mais tarde, este princípio foi reiterado em vários discursos, entrevistas e documentos oficiais e oficiosos, desde a célebre frase de Armando Guebuza, “não devemos temer ser ricos”, até referências mais veladas em documentos consensuais, como a agenda 2025 (Moçambique, 2001), ao imperativo da emergência da burguesia nacional como garante do desenvolvimento nacional. Em meados da década 2000-09, a confederação das associações empresariais moçambicanas (CTA), em associação com grupos políticos e empresariais sul-africanos ligados ao movimento do *black economic empowerment* (BEE), organizou uma conferência em Maputo em que se debateu o uso dos recursos nacionais estratégicos para a formação da burguesia capitalista nacional.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças

- Contexto:
 - Reestruturação do capitalismo sul-africano e globalização – tipo de investimento
 - Estabilização + privatização + liberalização + abandono de intervenção estratégica sobre economia real
 - Financeirização

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Reestruturação do capitalismo Sul-Africano)

- Por um lado, o fim do regime do apartheid na África do Sul (1994) permitiu a expansão e globalização do capital financeiro e do complexo mineral-energético sul-africanos. Como consequência, as ligações “tradicionais”, ou históricas, entre as economias sul-africana e moçambicana (em que a moçambicana fundamentalmente obtinha e utilizava rendas da “venda” de força de trabalho migratória e serviços de transporte férreo-portuário, sem muito investimento privado em outras áreas de actividade) foram substituídas, em grau de importância e magnitude, pelo investimento directo privado do capital sul-africano, ou associado a capital sul-africano, sobretudo na expansão do complexo mineral-energético (fundição de alumínio, Mozal, e Sasol), indústrias com mercados oligopolistas (bebidas, tabaco, cimento moagens de cereais), e as infraestruturas associadas (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2004). Esta mudança retirou a principal fonte de financiamento do crescimento de uma classe de camponeses médios comerciais, especialmente na zona sul de Moçambique, ao mesmo tempo que gerou novas fontes de acumulação focadas no complexo mineral-energético e indústrias oligopolistas, e aguçou o esforço de mobilização de mais investimento estrangeiro como solução para os dilemas de investimento privado (qualificações, capital, tecnologia e mercados) e crescimento da classe capitalista nacional (associação com as novas dinâmicas de investimento).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Reestruturação do capitalismo Sul-Africano)

- Embora o investimento privado sul-africano ou associado, em Moçambique, fosse sobretudo em capacidade produtiva directa e em infraestruturas, já era óbvio, na segunda metade dos anos 1990, que a expansão do sector financeiro, em ligação com o controlo dos recursos, sobretudo energéticos, era prioridade da reestruturação do capitalismo sul-africano. O Estado moçambicano e as suas classes capitalistas emergentes tiveram que se reorientar para novas dinâmicas de acumulação, onde finanças e o complexo mineral-energético começaram a adquirir a liderança do processo de acumulação privada.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Houve três momentos marcantes no processo de formação da nova burguesia capitalista moçambicana, a partir da segunda metade da década de 1980. O primeiro momento, que ocorreu pouco depois do IV Congresso da Frelimo (a partir de meados da década de 1980), foi definido pelo início da privatização e liberalização dos preços de alguns produtos alimentares. O objectivo era claramente o de aumentar a produção de bens alimentares para os mercados das cidades, desenvolvida em torno das cidades, para fazer face às enormes dificuldades criadas pela guerra na circulação de mercadorias entre o campo e as cidades. Foi desenvolvida uma estrutura de apoio à produção, nomeadamente: as casas agrárias, as cooperativas e associações de diferentes tipos, o estatuto de quintaleiro, bem como mecanismos de acesso a finanças e meios de produção. Um grupo de pequenos produtores comerciais começou a desenvolver-se neste período, e foram ensaiados sistemas de apoio à promoção de empresários privados nacionais, incluindo a partir do processo de enquadramento económico de antigos combatentes da luta de libertação nacional que haviam passado à reserva.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- A segunda etapa, a partir da introdução do Programa de Reabilitação Económica, PRE, (finais da década de 1980), foi marcada pela privatização massiva das empresas estatais e acções do Estado em empresas privadas, tendo mais de mil e duzentas empresas sido privatizadas em pouco mais de cinco anos. Na época, o Estado havia declarado os seguintes objectivos para este programa massivo de privatizações: equilibrar as finanças públicas, libertar o Estado de actividades não estratégicas, promover o empresariado nacional e mobilizar, para investimento produtivo, o capital acumulado (frequentemente com base em especulação) pelos comerciantes e outros agentes económicos. Cerca de 80% destas empresas foram adquiridas por moçambicanos, preferencialmente, embora não exclusivamente, por, ou em associação com, antigos combatentes da luta de libertação nacional, mas as principais empresas foram negociadas com investidores estrangeiros por causa do acesso a capital, conhecimento e mercados.
- A aquisição de empresas por moçambicanos foi facilitada pela legislação que previa que o comprador pagaria 10% do valor da empresa no acto da compra, e os restantes 90% ao longo de um período acordado com o Estado. Em média, 80% do valor restante nunca foi pago ao Estado, resultando num subsídio implícito para a formação de uma burguesia proprietária nacional à custa do erário público e do sacrifício do objectivo de equilíbrio das finanças públicas. No entanto, este subsídio implícito nunca foi alinhado com qualquer estratégia produtiva ou de investimento, tendo sido útil apenas para realizar a transferência de activos públicos para um sector privado nacional em emergência, a baixo custo.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- A acção deliberada para desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando se inicia o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios do consenso de Washington. Embora a imagem pública do programa enfatizasse questões estruturais da economia real, como o aumento da produção e da produtividade, emprego, intensificação da circulação mercadorias e mudança dos termos de troca em benefício da produção agrícola comercial, de facto o programa era subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, e estas medidas eram substancialmente mais concretas e elaboradas que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 1997, 1999; Fine, 1997).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Adicionalmente, a combinação de “privatização” com “liberalização genérica” e “estabilização monetarista” conspirou contra a emergência ou desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e financiadas por capital estrangeiro. Por exemplo, a indústria de processamento de castanha de caju, com elevado nível de fragmentação ao longo da cadeia de produção e financiada basicamente a partir de créditos de clientes, banca local ou poupanças das empresas, redinamizou-se com a privatização e foi liquidada pela liberalização das exportações de castanha em bruto. Por sua vez, a indústria açucareira foi privatizada para multinacionais do sector (Illovo, Tongat-Hullet e um consórcio de diferentes capitais) e a sua reabilitação foi financiada pela banca comercial internacional. Com altos níveis de homogeneidade e integração vertical ao longo das cadeias de produção, a indústria foi capaz de produzir uma estratégia consistente com os interesses de rápida recuperação do capital investido, tendo não só resistido às pressões de liberalização vindas de Bretton Woods e do governo, mas, também, conseguido construir uma série de “imperfeições” que funcionaram como protecção: uma política de preços flexível para proteger a indústria contra importações, limites à entrada de novas empresas para garantir economias de escala, negociação dos preços, níveis de produção e quotas do mercado para minimizar excedentes que excedentes tivessem que ser vendidos fora das quotas preferências, o estabelecimento de uma associação de produtores que funciona como oligopólio a negociar com o governo, apoio ao desenvolvimento de canavieiros médios e pequenos, que produzem uma pequena proporção da cana processada pela indústria, mas que ajudam a reduzir custos de ajustamento face à volatilidade do mercado mundial, que quebram a poder reivindicativo dos trabalhadores cortadores de cana. Portanto, o grande capital, envolvendo a banca comercial e de investimento internacional, resiste à liberalização e consegue subordinar política pública aos seus interesses corporativos, enquanto o pequeno e médio dificilmente sobrevive (Castel-Branco, 2002a, 2003; Cramer, 1999; Hanlon, 2000).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Como consequência, cerca de 40% das empresas privatizadas encerraram 1-3 anos depois da privatização. A maioria das empresas encerradas e uma parte substancial das restantes foram transformadas em armazéns, empresas comerciais ou outras, o que é parte da explicação do rápido afunilamento da base produtiva industrial que ocorreu, fundamentalmente, ao longo da década de 1990 (World Bank, 1996; UTRE, 1996, 1999; Cramer, 2000; Castel-Branco, 2002a; Castel-Branco & Cramer, 2003; Pitcher, 2008).
- Neste período, dez indústrias, metade das quais de substituição de importações, praticamente desapareceram. Nas restantes, o grau de concentração da produção num pequeno leque de produtos (4 ou menos tipos de produtos) aumentou para 70% em três indústrias [alimentar, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e produtos de pele; e minerais não metálicos (principalmente materiais de construção)], para 80% em duas indústrias [metalo-mecânica; químicos e derivados de petróleo (gás natural)] e para 98% em uma indústria [metalurgia (alumínio)] (Castel-Branco, 2010, pp. 38).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Nestas condições, a expressão “estabilização + privatização + liberalização + abandono de estratégia pública para a economia real” ajudava, ou não prejudicava, o capital multinacional, mas impedia a emergência do pequeno e médio capitalismo nacional, que passou a centrar-se na acumulação de rendas: a transferência de recursos públicos para um sector privado em emergência por via da privatização massiva de activos públicos, o acesso lícito e ilícito à banca nacional e ao orçamento do Estado e, mais recentemente, o negócio directo dos recursos naturais em associação com capital multinacional.
- Foi a expropriação do Estado pelo capital nacional, com o apoio e orientação do próprio Estado, em condições de liberalização e financeirização, que permitiu a emergência de um capitalismo nacional de natureza financeirista, com características extractivas, em que as ligações com o grande capital estrangeiro surgem como panacea, resultando na formação de oligarquias nacionais, dependentes do capital externo, uma base produtiva afunilada e um sistema de reprodução de fontes de renda e acumulação com base na gestão e retornos da dívida pública crescente (Massarongo & Muianga, 2011; Massarongo, 2010).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Apesar de não ter alcançado os objectivos explicitamente definidos nos documentos de política, em especial no que diz respeito à contribuição para equilibrar as contas públicas e mobilizar capital especulativo ou parado para investimento produtivo, esta etapa de privatização foi particularmente importante para o objectivo geral de formação das classes capitalistas nacionais e estruturação das suas dinâmicas de acumulação futuras. Primeiro, houve uma transferência efectiva de activos produtivos do sector público para o sector privado nacional, a baixo custo, gerando centenas de novos proprietários, geralmente oriundos do grupo de antigos combatentes da luta de libertação nacional, antigos directores, administradores e técnicos das empresas estatais, e do establishment político (e associado) mais geral, com acesso a rendas diversas (mesmo as que faliram proporcionaram rendas, como a venda ou aluguer das instalações para fins diversos). Segundo, atraiu algum investimento directo estrangeiro (IDE), ainda tentativo, e proporcionou uma plataforma para proprietários nacionais conseguirem participações em projectos de IDE com base na negociação dos activos físicos que possuíam. Terceiro, marcou uma fase de desengajamento do Estado com estratégia industrial, durante a qual o investimento público foi sobretudo canalizado para recuperação de infraestruturas de comunicação e sociais, em geral, e o foco da política económica activa centrou-se na estabilização fiscal e monetária por via da gestão da procura agregada. Naturalmente, isto afectou as possibilidades de reabilitar, modernizar e desenvolver as empresas e indústrias e transformar os novos proprietários em novos empresários e investidores (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2003, 2004).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- O peso da liberalização e desengajamento do Estado em relação a estratégias produtivas nas dinâmicas de formação da burguesia capitalista nacional foi exacerbado pelo fim do apartheid na África do Sul no mesmo período. As mudanças políticas na África do Sul aumentaram a pressão doméstica naquele país vizinho para a resolução do problema do desemprego e para a globalização do capital sul-africano. Estas pressões tiveram consequências importantes para Moçambique, vulnerabilizado por anos de guerra e crise económica e pela retirada do Estado em relação a estratégias produtivas. Um, reduziu o fluxo legal de mão-de-obra migratória de Moçambique para a África do Sul, o que reduziu os fluxos financeiros para o campo e as oportunidades de diversificação e ampliação dos processos de acumulação, e também aumentou o desemprego urbano e limitou as possibilidades de rápida expansão da produção alimentar a baixo custo para sustentar processo de acumulação capitalista. Dois, acelerou a penetração de produtos industriais sul-africanos, de melhor qualidade, maior variedade e mais baratos, especialmente nas zonas sul e centro de Moçambique, onde se localizava a base industrial do País, assim aumentando as dificuldades de reabilitação da indústria nacional moçambicana. Três, embora o investimento directo estrangeiro, predominantemente sul-africano até inícios da década 2000-09, tenha aumentado significativamente, as suas dinâmicas eram estruturadas em torno dos interesses de expansão do capital sul-africano para indústrias em mercados de competição oligopolista (bebidas, açúcar, cimento, moagens), indústrias de prestação de serviços e infraestruturas para a expansão do complexo mineral-energético (na época, concentrado em torno da fundição de alumínio, Mozal) e pequeno investimento em complexos turísticos que se expandiram praticamente sem ligações produtivas dentro da economia nacional. Quatro, a decisão do governo moçambicano de limitar a sua política regional à SADC tornou Moçambique no único país da região ligado a apenas um bloco regional e, por consequência, dependente das dinâmicas da SADC. Além de ter perdido oportunidades de diversificação de fontes e de alocação sectorial de investimento privado estrangeiro e nacional por causa da sua decisão de sair da COMESA, Moçambique tornou-se, entre os países da região não membros da SACU, a economia mais dependente das opções sul-africanas e mais “obediente” no que diz respeito à implementação do calendário de liberalização comercial regional (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2003, 2004).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Finalmente, esta etapa permitiu realizar uma “selecção” inicial dos futuros “empresários”, ajudada por via da falência de inúmeros novos proprietários e pela reprodução da sobrevivência daqueles que desenvolveram ligações políticas e empresariais nacionais e regionais mais fortes.
- No entanto, dois problemas permaneceram não resolvidos, nomeadamente: acesso a finanças, para transformar em capital, e limitadas capacidades e experiência empresariais (organização e gestão, tecnologia, conhecimento e penetração de mercados, reputação e branding, redes, sistemas e estratégias de fornecedores e compradores, cooperação estratégica, etc.).
- Estes problemas foram exacerbados por dois outros factores: a crise estrutural da economia de Moçambique (depois de seis anos de recessão profunda e década e meia de guerra); e a abordagem neoliberal e monetarista de ajustamento estrutural. A combinação destes dois factores focou o Estado no controlo da procura agregada e da inflação e na liberalização dos mercados, impedindo-o de operar ao nível da promoção de estratégias industriais que ajudassem o processo formação das classes capitalistas nacionais. As pressões externas e internas para privatização e formação de uma nova classe proprietária entraram em conflito com as condições objectivas de desenvolvimento dessa classe no que diz respeito a dinâmicas de expansão e de acesso a finanças e capacidades industriais (Castel-Branco, 1996, 1998, 2002a; Cramer, 1999, 2000).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Financeirização)

- Por outro lado, a crise económica mundial exacerbou um paradoxo fundamental do neoliberalismo: cortes na despesa pública e orçamentos e degradação das condições de trabalho, salários e pensões numa escala sem precedente (geralmente chamada austeridade), em ordem a cortar os défices públicos que foram gerados sobretudo para apoiar os mercados financeiros a recuperarem da sua própria avidez.
- O Estado expropriou-se e, ao fazê-lo, perdeu legitimidade política e a capacidade financeira de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas, porque a intervenção pública ficou subordinada ao interesse de salvar o sistema financeiro. Ao contrário do que proclama a ideologia neoliberal, houve, de facto, uma fortíssima intervenção do Estado para lidar com as desarticulações e disfunções do sistema capitalista, protegendo o sector financeiro à custa de tudo o resto. Portanto, o sistema financeiro não só recebe uma quantidade crescente de recursos, mas também o faz à custa da redução dos recursos disponíveis para o resto da economia e da sociedade, e motivou a mobilização de recursos que normalmente não estão disponíveis para o desenvolvimento da economia real (Fine, 2012a).
- No entanto, este ponto, embora seja muito importante, isoladamente não descreve financeirização como sistema de acumulação. O que é financeirização? O termo é recente e tem as suas raízes no pensamento económico heterodoxo e economia política marxista, sendo percebido e descrito de formas diferentes, de acordo com a ênfase analítica de cada autor. Na essência, o termo é um “empréstimo” da elaboração de Lenine sobre a fusão do capitalismo industrial e bancário e sua transformação em capitalismo financeiro, na fase superior do capitalismo, o imperialismo (Lenine, 2010), e desenvolve-se a partir da argumentação de Marx sobre a acumulação de capital fictício (Marx, 1981).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Por outro lado, a crise económica mundial exacerbou um paradoxo fundamental do neoliberalismo: cortes na despesa pública e orçamentos e degradação das condições de trabalho, salários e pensões numa escala sem precedente (geralmente chamada austeridade), em ordem a cortar os défices públicos que foram gerados sobretudo para apoiar os mercados financeiros a recuperarem da sua crise. Os últimos 30 anos da economia mundial foram marcados pela expansão e proliferação meteóricos dos mercados financeiros, durante os quais o rácio entre activos financeiros e PIB aumentou três vezes. Embora este crescimento pareça disfuncional – como se pode justificar a necessidade de três vezes mais serviços financeiros relativamente à economia real? – e seja, por conseguinte, causa para alarme, o seu sucesso comercial e financeiro levou a que o problema fosse negligenciado. Esta expansão dos serviços financeiros relativamente à economia real tem sido descrita por monetaristas como uma contribuição positiva para a economia por dispersar o risco, fazer do risco um negócio, processar e disseminar informação e guiar investimento em...activos financeiros de acordo com o risco. Isto levou a uma expansão do comércio e investimento em activos especulativos, ao invés de mobilizar e alocar recursos para o desenvolvimento da economia real, bem como à emergência de um vastíssimo, mesmo desconcertante, número e leque de instituições e serviços financeiros, muito para além dos mercados futuros em commodities. De acordo com alguns analistas, assistiu-se a uma transferência de rendas para uma nova classe de capitalistas rendeiros, não produtivos e especuladores. Organizações não financeiras passaram a derivar uma parte significativa e crescente dos seus lucros directamente de operações financeiras, adoptando um enfoque especulativo e centrado nos interesses financeiros de curto prazo dos seus accionistas. Como resultado, em cerca de 30 anos a componente dos lucros líquidos corporativos globais derivada directamente de operações financeiras passou de 5% para 41%. No outro lado da equação, as corporações reduzem capacidade produtiva e emprego à medida que aumenta a proporção do lucro derivado de operações financeiras (Fine, 2012a).
- Seja qual for a definição ou enfoques usados, financeirização aponta para uma amálgama de desenvolvimentos dentro do sistema financeiro e na forma como este sistema interage com o resto da economia e com o Estado. O ponto central a reter é que a expansão do capital privado no contexto do neoliberalismo tem sido particularmente associada com e guiada pela expansão das finanças em particular. Concentrando-se na acumulação de capital fictício, independente da acumulação de capacidade produtiva e produção da subsistência dos trabalhadores, financeirização estruturou e subordinou a expansão das relações e organização capitalista da economia, o desenvolvimento da base produtiva e comercial e a natureza das políticas económicas e sociais aos interesses da especulação financeira.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Em que sentido financeirização é importante para entender as dinâmicas de construção, desenvolvimento e persistência da economia extractiva em Moçambique? Esta é uma pergunta ainda em início de investigação, longe de já ter produzido respostas definitivas. No debate sobre financeirização, há um argumento (frequentemente implícito mas, por vezes, também explícito), segundo o qual este tema não é particularmente relevante para economias menos desenvolvidas, quer por causa do limitado grau de desenvolvimento e integração global dos seus mercados financeiros, quer porque o grosso do investimento que recebem é focado na economia real, em especial por causa do seu papel na produção e exportação de commodities. No entanto, este argumento não toma em conta quatro aspectos importantes: a ajuda externa, como fonte importante, por vezes decisiva, de financiamento, em especial do Estado, cujas estabilidade e magnitude são afectadas pela “austeridade” e outras características da financeirização e afectam as opções políticas do Estado; o papel da ajuda externa na disseminação e adopção, à escala global, da ideologia, políticas e práticas neoliberais e monetaristas, que são parte do quadro analítico e de políticas que permite e promove financeirização; o peso do investimento directo estrangeiro e créditos comerciais no investimento nestas economias menos desenvolvidas, e a forma como afectam a alocação de recursos, estruturas produtivas e condições de reembolso, tendo em conta os interesses e expectativas dos investidores num quadro de financeirização global; as últimas três décadas de reestruturação económica e social nas economias menos desenvolvidas aconteceu num contexto de financeirização que, inevitavelmente, deve ter afectado a forma como o processo de acumulação capitalista teve lugar.
- Como será discutido em mais detalhe mais adiante, financeirização, e o quadro neoliberal de que faz parte, devem influenciar o, e ser influenciados pelo, sistema social e acumulação nas seguintes formas.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Primeiro, a acção deliberada para desenvolvimento e expansão do processo capitalista de acumulação e de formação das classes capitalistas nacionais foi desencadeada em condições de terapia de choque neoliberal, quando se inicia o programa de estabilização financeira e ajustamento estrutural assente nos princípios do consenso de Washington. Este programa era efectivamente subordinado às medidas de estabilização financeira numa perspectiva de curto prazo, e estas medidas eram substancialmente mais concretas e elaboradas que as de transformação estrutural (Castel-Branco, 1999; Fine, 1997). Este pacote conspirou contra a emergência ou desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, e a favor de indústrias em mercados oligopolistas e multinacionais. O esforço de desenvolvimento do capital nacional, neste contexto, conduziu à emergência de um empresariado dependente da expropriação do Estado e dos recursos, e das ligações com o grande capital.
- Segundo, usando os influxos de capital multinacional como fonte de acumulação, o Estado privatizou o acesso ao excedente, tanto a favor das multinacionais como a favor de classes capitalistas nacionais emergentes. No entanto, esta estratégia só é possível e sustentável por causa da ajuda externa, que mantém o Estado capaz de funcionar, prover serviços mínimos, financiar, através de dívida, a grande infraestrutura. Portanto, a capacidade do Estado de se expropriar a favor do capital depende, também, da ajuda externa.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Terceiro, o sistema de financiamento do Estado, conjugado com uma economia real afunilada e porosa, incentiva a especulação bancária em torno da compra e venda da dívida pública, ao mesmo tempo que a pressão da dívida pública doméstica torna o dinheiro mais escasso e mais caro, portanto inacessível para a pequena e média empresa produtivas. Logo, se, por um lado, o financiamento do Estado com recurso à dívida é causado pelo sistema social de acumulação (extractivo, afunilado, poroso, orientado para a formação de classes capitalistas nacionais), por outro lado, por via do seu impacto no mercado financeiro doméstico (encarecimento do dinheiro e incentivo à especulação), este modo de financiamento do Estado ajuda a reproduzir esse sistema social de acumulação. Este sistema é exacerbado quando a dívida joga um papel duplo: por um lado, financia as parcerias público-privadas nas grandes obras de construção ligadas a grandes projectos, gerando uma nova oportunidade de acumulação para o capital doméstico nacional e multinacional; por outro lado, a gestão da dívida, em si, é um negócio lucrativo para os bancos.
- Quarto, investidores multinacionais fazem lucros ou protegem lucros de longo prazo especulando com os recursos em Moçambique, e o mesmo fazem investidores nacionais (embora me menor escala), o que torna o recurso improdutivo para a economia (e jobless).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças (Privatização, estabilização e liberalização)

- Além das áreas mais importantes de recursos naturais, o sector financeiro é o que mais expande, sobretudo a rede bancária comercial, apesar de 40% dos distritos ainda não ter delegações bancárias. A expansão da banca é concentrada em termos de localização, propriedade e transacções financeiras: 47% dos balcões dos bancos localizam-se em Maputo, e 17% das instituições financeiras detêm 80% dos balcões, controlam 92% dos depósitos, e concedem 90% dos empréstimos. Os dois maiores bancos, através dos quais o Estado realiza as suas operações financeiras, controlam 62% dos depósitos, 72% das operações de crédito e 53% dos balcões (Amarcy & Massingue, 2011).
- Os portfólios dos bancos, difíceis de estudar por causa das dificuldades de acesso a informação, estão geralmente focados na compra e venda de títulos de dívida pública ou em grandes projectos de infraestrutura pública financiados pelo Estado, em mega projectos de recursos naturais, em financiamento do consumo de bens duráveis e/ou de luxo. As taxas de juro comerciais reais são altas (acima de 12%-14%) e são rígidas relativamente às taxas de referência do Banco Central, quando estas baixam. Nos últimos 2 anos, a velocidade de redução das taxas de referência foi 8 vezes mais rápida que a redução das taxas de juro comerciais. O financiamento do Estado com recurso à dívida, incluindo doméstica, e os grandes projectos de infraestruturas encorajam a tendência especuladora dos bancos e oferecem-lhes oportunidades de negócios tais que os bancos não têm interesse na pequena e média empresa (Massarongo, 2013, 2010).

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – proprietários sem capital e a luta pelas finanças

- Implicações
 - Capitalistas nacionais com propriedade mas sem capital e actividade. Transacção de activos
 - Complexo mineral-energético e indústrias de natureza oligopolista
 - Qual o espaço para a burguesia capitalista nacional?
- Os recursos financeiros – acesso à banca e ao orçamento do Estado como modo de acesso a recursos financeiros. A crise financeira e moral do sistema bancário.
- Reestruturação apressada da banca e a criação de monopólios financeiros privados.

Formação da burguesia capitalista como “imperativo nacional” – a viragem e a aliança explícita com o capital multinacional em torno de recursos naturais

- A aliança explícita com o capital multinacional – “não devemos ter medo de ser ricos”
- Enfoque muda – expansão e absorção privada na economia doméstica:
 - Recursos naturais
 - Expansão acelerada da economia e do investimento: expropriações, redução de custos para o capital
 - Criação de oportunidades: investimento público, infraestrutura, zonas económicas especiais
 - Ligações com o capital nacional: estrutura acionista das empresas, parcerias público-privadas (ligações produtivas são bem mais complexas)

Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

- É uma economia orientada para a satisfação de dinâmicas externas e globais de acumulação de capital, ao mesmo tempo que pretende acelerar o processo de formação das classes capitalistas nacionais, com recurso à exploração primária de recursos naturais. Posto de outra forma, o processo de acumulação e formação das classes capitalistas domésticas é dependente, não só associado, das dinâmicas globais do capitalismo e, naturalmente, serve a reprodução dessas dinâmicas da economia e dessa dependência. Nas condições históricas específicas de Moçambique, estas dinâmicas de acumulação são unificadas – quer dizer, é construída e consolidada a aliança orgânica entre acumulação rápida pelas classes capitalistas nacionais e os interesses globais ou regionais do capitalismo – por via da privatização do controlo dos recursos naturais e do acesso aos excedentes e oportunidades de negócio dos megaprojectos do complexo mineral e energético. A ideia de Moçambique ser rico em recursos naturais é derivada de o acesso privilegiado a estes recursos ter ficado a base de acumulação do capital doméstico.

Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

Este elemento essencial do modo de acumulação de capital em Moçambique (*aliança orgânica entre grande capital nacional e multinacional construída em torno de dinâmicas externas de acumulação e cristalizado na exploração primária de recursos naturais*) gera e reproduz os traços estruturais específicos da economia extractiva, que se seguem.

Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

- ***Dinâmicas do capital regional e global*** - o rápido crescimento da economia e elevados níveis de investimento são determinados por estas dinâmicas externas orientadas para produtos e processos primários de produção e para exportação de commodities. Este fenómeno é observável na indústria, na agricultura, nas minas, no turismo e nas pescas; nas infra-estruturas (transporte, energia, água, e vias de comunicação) que servem as dinâmicas extractivas dos sectores produtivos; no sector financeiro e na estruturação das empresas nacionais industriais e de serviços que prestam serviços a esta economia (Castel-Branco, 2010; Massingue & Muianga, 2013; Massarongo, 2013; Langa & Mandlate, 2013; Ganho, 2013). Uma consequência desta característica é o subdesenvolvimento dos mercados nacionais e a incapacidade de a economia satisfazer as necessidades domésticas – de produzir comida variada e a baixo custo, amplamente acessível; de mobilizar o excedente gerado para uso social doméstico (tanto para financiar o Estado como para financiar a diversificação da base produtiva); de gerar dinâmicas de industrialização intensiva em trabalho com níveis de produtividade e de custo de trabalho/produto competitivos, mas com salários reais decentes; de gerar dinâmicas de emprego massivo, de maior produtividade (Wuyts, 2011a, 2011b; O’Laughlin & Wuyts, 2012; Ibraímo, 2013; Stevano, 2013).

Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

- **Especialização em produtos e processos primários de produção** – a economia tornou-se afunilada, especializada em produtos e processos primários de produção e comércio, paralelos, em que teias e cadeias de produção e comércio são superficiais e pouco variadas, apenas a montante, e afuniladas, no sentido em que a especialização em produtos e processos primários limita a quantidade e a variedade de actividades e qualificações, as possibilidades de articulação, a profundidade dos sectores de actividade económica e as oportunidades de realizar ligações industrializantes. Como consequência, a base produtiva e comercial afunila, no sentido em que a especialização em produtos e processos primários limita a quantidade e a variedade de actividades e qualificações, as possibilidades de articulação, a profundidade dos sectores de actividade económica e as oportunidades de realizar ligações industrializantes. Estas características dominam todos os sectores da economia, desde o investimento às finanças, da produção aos serviços, e são as influências mais marcantes da intervenção pública (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Langa & Mandlate, 2013; Massingue & Muianga, 2013; Massarongo, 2010, 2013).

Afunilamento da economia → limitação de oportunidades → diversificação de empresas para actividades mais simples e de maior renda a curto prazo → perda de especialização industrial, sem aquisição de novas → redução das dinâmicas industrializantes da economia.

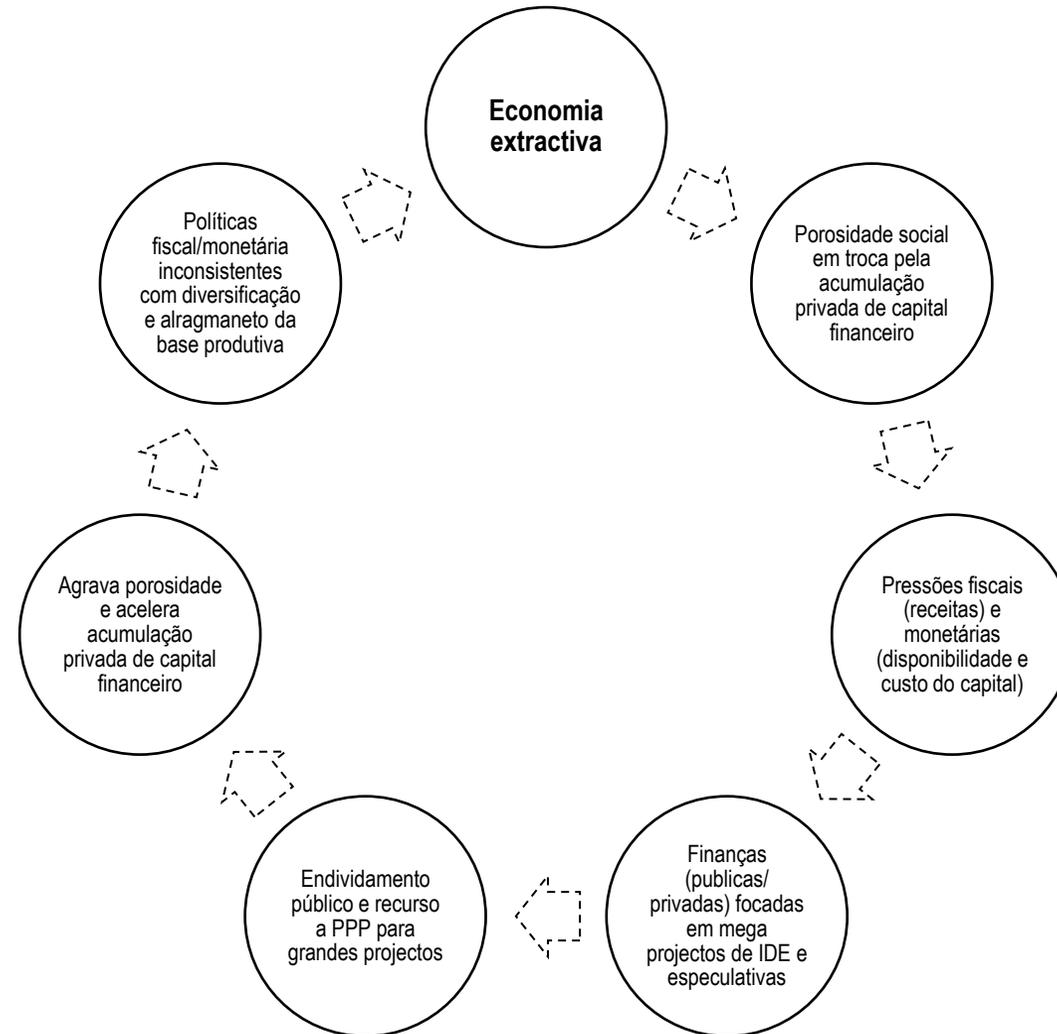
Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

- **Porosidade da economia** – a economia extractiva é porosa, no sentido em que é ineficiente a reter e acumular, socialmente, excedente não consignado (para utilização livre) através do processo de reprodução, na economia como um todo. A porosidade manifesta-se por via das perdas de rendimento nacional, da privatização das rendas sociais da economia, da fraqueza das ligações dentro da economia doméstica, da baixa taxa de reinvestimento dos retornos do investimento directo estrangeiro, da concentração do investimento em torno dos grandes projectos do complexo mineral-energético e das dinâmicas especulativas do sector financeiro. A porosidade da economia é consequência lógica da economia extractiva e do padrão de distribuição que dela decorre, pois remunera o grande capital multinacional e nacional e o sistema financeiro por via da expropriação do Estado, quer dos recursos naturais, quer do excedente e rendas sociais que deles se geram. Esta expropriação e privatização do bem público é prosseguida por via dos incentivos fiscais redundantes, da privatização das acções do Estado nas empresas, da subvalorização dos recursos e da produção comercializada e sobrevalorização dos custos de investimento, entre outros. A porosidade é o mecanismo pelo qual a acumulação privada é acelerada com base em recursos públicos e à custa do sacrifício das rendas públicas e do desenvolvimento de base alargada, articulada e diversificada (Castel-Branco, 2010, 2012a, 2012c, 2012d). A porosidade emergiu num contexto de financiamento de mais de 60% da despesa pública pela ajuda externa, que garantiu a sobrevivência política do Estado em condições de economia extractiva. A crise da ajuda externa poderá acelerar a crise de legitimidade política do Estado, pois aumenta as pressões sobre as opções e prioridades de política pública, tanto sobre as suas estratégias de mobilização de recursos para financiamento do Estado e da economia, como das suas estratégias de despesa (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco et. al., 2005).

Economia extractiva – o que emerge deste processo? As limitações estruturais

- ***Vulnerabilidade macroeconómica estrutural*** - a base macroeconómica gerada por este modelo de acumulação é instável e volátil. Por um lado, a base produtiva e comercial é afunilada, especializada em produtos e processos primários, o que torna a economia vulnerável à volatilidade dos mercados mundiais e incapaz de substituir importações. Por outro lado, a porosidade contribui para o défice fiscal, o aumento da dívida pública, o incentivo à especulação financeira e a escassez e encarecimento do crédito à economia por parte da banca doméstica. Adicionalmente, a combinação entre o enfoque na demanda externa e a porosidade torna a economia incapaz de satisfazer as necessidades domésticas em bens e serviços básicos de consumo, reduzindo a qualidade de vida e o poder de compra do salário das camadas de menor rendimento, tornando a força de trabalho não competitiva e desincentivando a criação de emprego, aumentando a sensibilidade da economia à inflação importada, alimentando instabilidade social e gerando pressões políticas para proteger o valor da moeda de modo a mitigar os efeitos da inflação importada no custo de vida das camadas de menor rendimento (o que, por sua vez, afecta a competitividade da economia). Finalmente, as ligações que se desenvolvem em torno dos grandes projectos, numa economia afunilada e não diversificada, funcionam também como canais de transmissão de crise, pois a crise de um mercado mundial para uma dada commodity transmite-se para todos os fornecedores do produtor dessa commodity, afectando, com particular gravidade, todos os fornecedores que não tenham clientes e mercados alternativos (Castel-Branco, 2010; Wuyts, 2011; Massarongo & Muianga, 2011; Massarongo, 2010, 2013; Langa & Mandlate, 2013).

Economia extractiva – o que emerge deste processo?



Necessidades sociais de reprodução – a outra face da acumulação capitalista

- O que sobra do discurso sobre a pobreza? Iniciativa individual + hipótese de trickle down. [Mas, como diz o Papa Francisco, os que pensavam que quando o copo estivesse cheio começaria a entornar riqueza para partilhar com os outros, hoje admiram-se quando observam que o copo simplesmente cresce à medida que enche, e nunca sobra nada para o resto da economia]
- No que diz respeito ao combate à pobreza, o discurso de Guebuza e do Governo rapidamente se estruturou à volta de duas ideias básicas. Primeira, que a pobreza é o resultado da mentalidade miserabilista dos pobres e das ideias ultrapassadas dos que pensam que só se é honesto quando se é pobre. Segundo, que o combate à pobreza tem três vertentes: gerar riqueza e ricos, criando a possibilidade de externalidades destes para o resto da sociedade; combater a inveja e os complexos de ser rico, para se poder ficar rico; e gerar auto-emprego (Guebuza, 2004). O discurso oficial não tem uma definição explícita de pobreza nem a relaciona com dinâmicas sociais, económicas e políticas historicamente específicas. O “combate à pobreza”, que domina o discurso de pobreza, concentra-se na remoção dos obstáculos psicológicos e ideológicos para se ficar rico (inveja, complexos, mentalidade ultrapassada, etc.) ou no apelo ao auto-emprego (Brito, 2010). Logo, o discurso de combate à pobreza tornou-se, por um lado, num meio de legitimação da abordagem sobre acumulação de capital e, por outro lado, tenta justificar a transferência da responsabilidade dos custos sociais de reprodução da força de trabalho para as famílias pobres de onde a força de trabalho provém (Brito, 2010; Castel-Branco, 2010), o que, naturalmente, permite aumentar a taxa de lucro do capital, pelo menos a curto prazo (Marx, 1867, 1884).

Necessidades sociais de reprodução – a outra face da acumulação capitalista

- Portanto, a limitada eficácia da economia, em especial do crescimento económico rápido, em reduzir a pobreza é um problema e um erro estratégico com alto custo económico, social e político, mas dificilmente pode ser considerada um fracasso da estratégia de crescimento, pois nunca foi o seu objectivo primário. Pobreza tem sido um instrumento de combate entre o governo e doadores, entre grupos favorecidos e desfavorecidos na sociedade, entre partidos políticos, entre tradições intelectuais, entre diferentes opções de desenvolvimento e para legitimar argumentos sobre processos de acumulação. Se as famílias são cada vez mais responsabilizadas pela reprodução social da força de trabalho (por exemplo, por causa de uma estratégia de acumulação intensiva em capital em que o capital absorve proporções cada vez maiores do excedente, oportunidades e condições de emprego se deterioram e os custos de subsistência aumentam), a aceleração da acumulação de capital aumenta a desigualdade na distribuição do rendimento real e a incapacidade das famílias satisfazerem as suas necessidades básicas (Marx, 1867, 1884). Será isto o fracasso ou uma consequência do sucesso do modo de acumulação? Depende, obviamente, do que consiste a prioridade do modelo de acumulação em causa e, no caso moçambicano contemporâneo, combate à pobreza não é essa prioridade (Castel-Branco, 2010, 2013a, 2013b).

Necessidades sociais de reprodução – a outra face da acumulação capitalista

- No entanto, o facto de a economia não conseguir produzir os meios de subsistência a baixo custo, nem empregar e melhorar a qualidade das vastas reservas de força de trabalho podem operar contra a sustentabilidade do processo de acumulação de capital a longo prazo, pois os custos sociais e financeiros dessa força de trabalho, medidos em termos dos custos da sua subsistência básica em relação ao produto, podem aumentar e, com isso, podem baixar a competitividade da economia medida em termos do rácio salário/produto e aumentar a tensão social e política. A expansão da produção capitalista pode ser estrangida pela dificuldade de mobilização de força de trabalho, e os chamados polos de desenvolvimento podem gerar dinâmicas sociais e económicas que repelem pessoas e actividades, marginalizando-as do processo de desenvolvimento económico e social. Embora a redução da pobreza não seja a prioridade da estratégia de crescimento e acumulação, a reprodução da pobreza pode pôr esta estratégia em causa.

Passos em frente? Que fazer?

- Problemas que este tipo de economia gera:
 - Os seus paradoxos e limitações estruturais (referir às secções sobre paradoxos e limitações estruturais)
 - Base política que se desenvolve em torno dos interesses de acumulação da economia extractiva
- Passos em frente? Contestação sobre as questões com as quais interrogar a economia – a economia política da transformação social.
- Foco em recursos ou em problemas a resolver? Qualquer economia é abundante em problemas e são esses problemas que constituem o motor que faz funcionar a economia. Mas que problemas são escolhidos como prioritários a resolver (por exemplo, o desemprego e a ineficácia da economia a reduzir pobreza ou a formação de uma burguesia capitalista explicitamente aliada ao capital multinacional?) e como são abordados e resolvidos?
- Possibilidades? Usar a economia extractiva para construir o resto? Qual resto? Como usar a economia extractiva – a base política das mudanças e as contradições económicas e políticas do modo de acumulação? Contestação sobre as perguntas, antes de contestar as respostas.

- Obrigado!